

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO
EM SEGURANÇA PÚBLICA – CEGESP**

EMERSON FERREIRA CARAPINA

**A RELEVÂNCIA DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE
SINAIS (LIBRAS) NA GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE
OFICIAIS E PRAÇAS-PMGO**

**GOIÂNIA
2018**

EMERSON FERREIRA CARAPINA

Artigo apresentado ao CEGESP/2018 da Secretaria de Segurança Pública, em cooperação técnica com a Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gerenciamento em Segurança Pública-CEG.

Orientadora: prof^a :Nélia Cristina Pinheiro Finotti.

A RELEVÂNCIA DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS-PMGO

Data da Aprovação: ____/____/____

Orientadora:Nélia Cristina Pinheiro Finotti

Prof. (a) (nome do avaliador)

Prof. (a) (nome do avaliador)

A RELEVÂNCIA DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS-PMGO.

Emerson Ferreira Carapina¹

RESUMO

O tema desta pesquisa é a relevância da inserção da disciplina Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na grade curricular dos cursos de formação de Oficiais e Praças da Polícia Militar de Goiás (PMGO). Faz-se necessário a capacitação destes, visando proporcionar atendimento igualitário e adequado no campo das ações policiais, em relação a comunidade surda. A importância desta pesquisa incide principalmente, sobre o fato de que a comunidade surda está inserida em nossa sociedade, assim como o Policial Militar. E por isso é essencial a adequada comunicação com a pessoa surda, através da Língua Brasileira de Sinais. A sugestão em relação a formação de Oficiais e Praças em LIBRAS, tem sido tema de trabalhos de investigação, dada a importância desse profissional que está sendo formado para lidar diretamente com o público e suas responsabilidades frente à sociedade. O presente estudo refere-se a dois tipos de investigação: a bibliográfica e pesquisa de campo descritiva. Acredita-se que ao término desse estudo identificaremos a percepção dos Policiais Militares participantes da pesquisa em relação a importância de se aprender LIBRAS para a melhoria da comunicação com a pessoa surda.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Formação. PMGO. Surdez.

ABSTRACT

The theme of this research is the relevance of the insertion of the Brazilian Language of Signals (LIBRAS) in the curriculum of the training courses for Officers and Squares of the Military Police of Goiás (PMGO). It is necessary the training of these, aiming to provide equal and adequate service in the field of police actions, in relation to the deaf community. The importance of this research focuses mainly on the fact that the deaf community is inserted in our society, as well as the Military Police. Therefore, adequate communication with the deaf person is essential through the Brazilian Sign Language. The suggestion regarding the formation of Officers and Squares in LIBRAS has been the subject of research, given the importance of this professional who is being trained to deal directly with the public and their responsibilities to society. The present study refers to two types of research: bibliographical and descriptive field research. It is believed that at the end of this study we will identify the perception of Military Police officers participating in the research regarding the importance of learning LIBRAS to improve communication with the deaf person.

Keywords: Brazilian Language of Signals. Formation. PMGO. Deafnes

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa trata-se da relevância da inserção da disciplina de LIBRAS, na grade curricular dos cursos de formação de Oficiais e Praças - PMGO. Diante disso, o problema que se vislumbra nesta pesquisa é: a realização de curso básico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para capacitar o Policial Militar é relevante no atendimento a pessoa surda?

O objetivo do presente estudo é verificar a possibilidade de inserção da disciplina de LIBRAS na grade curricular dos cursos de formação de Oficiais e Praças da Polícia Militar de Goiás, visando proporcionar atendimento igualitário e adequado à pessoa surda, no campo das ações policiais.

A importância desta pesquisa incide principalmente, sobre o fato de que a comunidade surda está, assim como o Policial Militar, inserido em sociedade. Além disso, a legislação atual aponta para necessidade de acessibilidade como meio da inclusão social. E por isso é essencial que haja uma boa comunicação com a pessoa surda através da Língua Brasileira de Sinais. Certamente é a garantia do verdadeiro atendimento igualitário tanto para o ouvinte quanto para o surdo.

A sugestão em relação a formação de Oficiais e Praças da PMGO, em LIBRAS, tem sido tema de trabalhos de investigação, dada a importância deste profissional que está sendo formado e suas responsabilidades frente à sociedade. Diante disso, cientificamente esta pesquisa tem grande relevância devido à escassez de trabalhos publicados sobre o tema em questão.

Acredita-se que este estudo contribuirá para a capacitação de Oficiais e Praças da PMGO, quanto ao atendimento adequado/igualitário, com amparo constitucional, no momento da abordagem Policial Militar, seja em situações onde o indivíduo encontra-se na condição de suspeito ou vítima.

Para fins didáticos, o artigo será estruturado em quatro partes distintas. A primeira: contempla a introdução, a segunda: a metodologia do artigo científico, a terceira: a fundamentação teórica e estará subdividida em três seções: a primeira: trará uma abordagem sobre a surdez e inclusão de pessoas com deficiência auditiva; a segunda: sobre a difusão de Libras após a aprovação do Decreto 5.626/2005) e por último apresentará resultados e discussão da pesquisa de campo realizada junto aos Oficiais e Praças da PMGO. Incluindo ainda, considerações finais e referências utilizadas ao longo do trabalho.

Diante da importância/relevância no atendimento do Policial Militar à pessoa surda, abrangendo desde a abordagem, seja na condição de indivíduo suspeito ou vítima, com foco ao princípio da dignidade humana. É notório as dificuldades encontradas no trabalho cotidiano, durante abordagens policiais ou na simples prestação de informações para pessoas surdas, pois não há um treinamento adequado aos Policiais Militares, para lidarem com tais situações. A pergunta que se vislumbra nesta pesquisa é: a realização de curso básico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para capacitar o Policial Militar é relevante no atendimento a pessoa surda?

Adotou-se como hipótese que: a realização de um curso básico de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), ao Policial Militar é relevante no atendimento a pessoa surda, pois um dos principais elementos no uso progressivo da força a ser utilizado pelo Policial Militar é a verbalização. E nesses momentos, faz-se necessário transmitir ordens claras e incisivas, podendo com isso evitar o uso da força física e/ou uso de equipamentos que venha causar lesões ou em último caso, o óbito do abordado.

É possível capacitar o Policial Militar no atendimento a pessoa surda, com cursos periódicos em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e/ou inclusão na grade curricular dos cursos de Formação de Oficiais e Praças. A importância desta pesquisa incide principalmente, sobre o fato de que a comunidade surda está, assim como o Policial Militar, inserido em sociedade. E por isso é essencial que haja uma boa comunicação com a pessoa surda através da Língua Brasileira de Sinais. Certamente é a garantia do verdadeiro atendimento igualitário tanto para o ouvinte quanto para o surdo.

Inclusão e interação é o principal objetivo que deveria ter a sociedade, diante de pessoas com quaisquer deficiência física ou mental. Trata-se da garantia dos direitos de igualdade, conforme o Artigo 5º da Constituição Brasileira de 05 de outubro de 1988.

É importante que o Policial Militar compreenda como é a comunicação dos surdos, para que a atividade fim da Corporação obtenha bons resultados. Não somente nas abordagens, o policial militar precisa ter esse conhecimento, até mesmo para garantir que sua integridade seja respeitada.

Diante disso, cientificamente esta pesquisa tem grande relevância devido à escassez de trabalhos publicados sobre o tema em questão.

Este estudo consistiu em demonstrar a relevância de inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na grade curricular dos cursos de formação de Oficiais e Praças da Polícia Militar de Goiás, visando proporcionar atendimento igualitário e adequado à pessoa surda, no campo das ações policiais. Este objetivo foi desdobrado nos objetivos específicos: observar como é o atendimento as pessoas surdas nos serviços realizados pela PMGO; analisar a difusão da Libras após a aprovação do Decreto 5.626/2005; e, verificar como a pessoa surda sente ao ser atendida por uma pessoa não capacitada.

1 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

O Artigo 5º da Constituição Federal (CF) da República Federativa do Brasil, fornece conteúdo indispensável para definir o que os Surdos têm de direito:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I. homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988).

Pode-se questionar o fato do texto não mencionar o termo SURDO, mas é incontestável a importância deste artigo para todas as pessoas, sem distinção, pois trata-se de direitos e garantias fundamentais do cidadão. Elas resultam da compreensão de que a busca concreta de igualdade realiza-se para além da aplicação geral das regras do Direito, pelo que se propõem medidas específicas que considerem as particularidades das minorias e grupos em desvantagem (PIOVESAN, 2012).

Evidencia-se a incapacidade do ouvir como obstáculo para acessibilidade à comunicação. Para melhor entender esta característica faz-se necessário abordar o decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que regulamenta o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de Professores para o exercício do Magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Artigo 3º).

Conforme o art. 2º do Decreto Federal nº 5626/05 “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL,2005).

A LIBRAS como toda língua humana, possui variações e diversidades e está ligada à fatores sociais de educação, idade, gênero, raça e situação geográfica. Sendo assim, os surdos como os ouvintes divergem nas interações, variam nos sinais. Por exemplo: um adulto surdo, por sua maturidade, utiliza uma comunicação diferente do adolescente e da criança surda. Da mesma forma, encontraremos variações regionais, onde, por exemplo, surdos da região nordeste se comunicarão de forma diferente dos surdos da região sul, (GESSER, 2009).

Na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Junho de 1994 na cidade de Salamanca/Espanha, ficou estabelecida uma política voltada à inclusão social, cabendo aos governos e organizações internacionais, a efetivação dos objetivos definidos na oportunidade, reafirmando o papel da escola como sendo a responsável em se adequar as crianças, levando em consideração qualquer deficiência física, social ou linguística. Esta política inclusiva, enfatiza entre outros aspectos, que o aluno deve ser o centro do processo ensino e aprendizagem, cabendo ao sistema promover a capacitação adequada e necessária para que as necessidades pedagógicas de todos os alunos, inclusive daqueles que apresentam algum tipo de deficiência, sejam atendidas satisfatoriamente, garantindo assim o sucesso da aprendizagem (UNESCO, 1994).

Muito se tem falado e escrito sobre “Inclusão” que tem como princípio a inserção de pessoas com deficiência no âmbito social. De acordo com a Constituição Federal (1988), Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da Cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

1.1 PROPOSTA DE INSERÇÃO DE LIBRAS NA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS E PRÇAS EM GOIAS

Algumas corporações policiais, não necessariamente policiais-militares, já estão nesse caminho, a exemplo da Polícia Rodoviária Federal da Paraíba e da

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Rio de Janeiro, em caráter universal, e a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso, essa última voltada especificamente para os eventos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, dentre outras corporações e órgãos da administração pública, em todas as esferas.

A Libras é um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de transmissão de idéias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas no país. A partir daí, as pessoas surdas puderam difundir cada vez mais o sistema linguístico pelo Brasil, muitas escolas com ensino específico foram criadas. Vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que iniciou cursos visando a promoção da acessibilidade das pessoas surdas e sua inclusão social, a Polícia Militar do Estado de Alagoas também motivou que a sua tropa pudesse aprender mais sobre a Libras para melhorar o atendimento durante as abordagens nas ruas (veja anexo-3).

O aprimoramento dentro da Corporação se deu com a criação da disciplina de Libras nos cursos de formação tanto para oficiais quanto para praças. A primeira turma de policiais militares a receber noções básicas sobre o sistema linguístico foi do ano de 2006. Atualmente, a Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello (APMSAM) e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) possuem cinco instrutores entre militares e civis.

2 METODOLOGIA

O presente estudo refere-se a dois tipos de investigação: a primeira, do tipo bibliográfico, é o passo inicial na construção efetiva da investigação. A revisão de literatura sobre o tema escolhido, qual seja, verificar a possibilidade de inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na grade curricular de formação de Oficiais e Praças, visando proporcionar atendimento constitucionalmente igualitário à pessoa surda no campo das ações policiais, auxiliará a escolha de métodos e permitirá um maior conhecimento das variáveis e da validade da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica, método que segundo Gil (2002), reflete a utilização de material já publicado: livros, artigos de periódicos e internet. Material este que será utilizado para a construção do referencial teórico, buscando construir uma estrutura que fundamentará as análises e considerações realizadas nesta pesquisa.

A segunda investigação foi uma pesquisa de campo. O presente estudo foi guiado por uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2002), tem como objetivo primordial à descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação.

O instrumento de coleta de dados foram dois (02) questionários com 10 perguntas abertas e fechadas para obtenção de respostas dos participantes investigados e teve como propósito promover um levantamento qualitativo e quantitativo. Os dados coletados foram analisados e demonstrados através de discussão dos resultados encontrados. O objetivo do questionário foi buscar respostas para a problemática anteriormente levantada neste estudo.

O universo pesquisado forma pessoas surdas e Policiais Militares. Desse universo, foram pesquisadas dez (10) pessoas surdas residentes na cidade de Goiânia-GO, no período de outubro e novembro de 2018. (Anexo- 1 e 2).

Foi aplicado o questionário a dez (10) Policiais Militares da cidade de Itumbiara Goiás, no período de outubro e novembro de 2018, tendo como objetivo identificar se alguma pessoa surda já foi abordado ou já precisou de atendimento do profissional Policial Militar, assim como também verificar se o Policial Militar já atendeu alguma ocorrência envolvendo pessoas surdas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos Policiais Militares

De acordo com a pesquisa realizada, na primeira questão, dos Policiais Militares participantes, quando questionados sobre a abordagem de pessoas surdas durante blitz, obtivemos como respostas, (80%) disseram que já atendeu pessoas surdas., enquanto que (20%) responderam que não.

Na segunda questão, dos policiais militares, apenas (20%) dos entrevistados responderam que conseguiram se comunicar através de Libras.

Na terceira questão, dos Policiais Militares, embora (50%) afirmarem que a pessoa surda entendeu o motivo da abordagem, desses, (50%) também afirmaram que os surdos não entenderam o motivo da abordagem. Ficou evidenciado a dificuldade na comunicação com a pessoa surda. Isso mostra cada vez mais a importância de incluir o curso de Libras na grade curricular de formação desses profissionais.

Na quarta questão, dos Policiais Militares, todos, (100%) responderam que acham importante saber se comunicar através de libras. Acredita-se que não só nas abordagens, mas no cumprimento de sua missão, o Policial Militar precisa ter esse conhecimento, até mesmo para garantir que a sua integridade seja respeitada.

Na quinta questão, dos Policiais Militares (60%) afirmaram que nunca foram acionados/ abordados por uma pessoa surda, enquanto que (40%) afirmaram que sim. Importante destacar que, quando uma pessoa surda pede ajuda, socorro, e se o Policial Militar não souber comunicar-se por Libras, o Policial Militar dificilmente terá como atendê-la e levá-la para a realização dos procedimentos cabíveis.

Na sexta questão, dos Policiais Militares, apenas (20%) disseram que souberam comunicar-se com a pessoa surda no momento de abordagem. Importante ressaltar que no momento da abordagem, enquanto que (80%) disseram que não conseguiram comunicar-se através de libras.

É muito importante que o Policial Militar saiba os procedimentos adequados para melhor atender à pessoa surda no momento da abordagem. Nem todo policial sabe como abordar uma pessoa surda. Muitas vezes, é difícil até

mesmo perceber esta particularidade da pessoa que está sendo abordada ou que abordou.

Na sétima questão, dos Policiais Militares, apenas (40%) responderam que sim, que conseguiram ajudar a pessoa surda. Entretanto, desses, a grande maioria (60%) não conseguiram prestar um bom atendimento à pessoa surda. Acredita-se que diante da dificuldade do Policial Militar em comunicar-se com a pessoa surda através de LIBRAS, a solução certamente é comunicar-se com ele através de gestos convencionais e mímica.

Na oitava questão, dos Policiais Militares, (80%) responderam que sim. Enquanto que apenas (20%) responderam que não acha importante a inclusão da disciplina Libras nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás. Constatou-se que a maioria acha de suma importância aprender Libras pra se comunicar e prestar um bom atendimento às pessoas surdas, não só no momento de abordagem, como também prestar um atendimento de qualidade à essa população.

Na nona questão, dos Policiais Militares apenas (20%) disseram que conhece outro Estado que a Polícia Militar possui capacitação em Libras, enquanto que a maioria (80%) responderam que não conhecem. Dos que responderam sim, ressaltaram que o Estado de Alagoas é referência no estudo de Libras no curso de formação de Oficiais e Praças.

Vinculada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que iniciou cursos visando a promoção da acessibilidade das pessoas surdas e sua inclusão social, a Polícia Militar do Estado de Alagoas também motivou que a sua tropa pudesse aprender mais sobre a Libras para melhorar o atendimento durante as abordagens nas ruas desde ano de 2014.

Acredita-se que, através do curso em LIBRAS, uma parcela significativa da população será alcançada de modo eficaz e eficiente, que são as pessoas com deficiência auditiva. Acredita-se que isso só será possível através da inserção da disciplina de língua Brasileira de Sinais (libras) na grade curricular dos cursos de formação de Oficiais e Praças- PMGO.

A décima questão, dos policiais militares, constatou-se que (100%) acham importante o policial militar ter conhecimento em Libras, pois, assim, irá facilitar a comunicação com o cidadão que está necessitando do auxílio do policial Militar.

Das Pessoas Surdas

De acordo com a pesquisa realizada, na primeira questão, das pessoas surdas (70%) responderam que sim, enquanto que apenas (30%) responderam que nunca foram abordadas por policiais militares.

Na segunda questão, das pessoas surdas (70%) responderam que no momento da abordagem, os Policiais Militares não souberam se comunicar através de Libras. Notou-se aqui uma dificuldade bastante expressiva na comunicação entre o Policial Militar e a pessoa surda, enquanto que (30%) responderam que não houve problema na comunicação.

O mesmo tempo que é preciso se inteirar dos procedimentos para melhor entender e ser entendido por pessoas surdas em abordagens, também é fundamental que as posturas adequadas de segurança não sejam relaxadas em virtude da condição do abordado.

Na terceira questão, das pessoas surdas (70%) responderam que tiveram dificuldades em entender o motivo da abordagem, porém, foram liberados sem entender o motivo.

A realização da abordagem policial a pessoas surdas normalmente dá-se de maneira traumática não só para o surdo como também para o profissional que a realiza, uma vez que a comunicação entre ambos pode se tornar impossível no momento da aproximação. Não só nas abordagens, mas no cumprimento de sua missão, o Policial Militar precisa ter conhecimento de Libras, até mesmo para garantir que a sua integridade seja respeitada.

Na quarta questão, das pessoas surdas (100%) acreditam ser importante que o Policial Militar saiba comunicar-se através de Libras. Lembrando que este estudo tem como proposta a inclusão da disciplina Libras na grade curricular dos cursos de capacitação de Policiais Militares e Praças, a pesquisa confirmou a importância e necessidade do Policial Militar comunicar-se através de Libras.

Na quinta questão, das pessoas surdas (80%) responderam que já precisou abordar um Policial Militar para solicitar ajuda. Desses, apenas (20%) responderam que não. Nota-se que a maioria já precisou acionar o Policial Militar para pedir ajuda.

A sexta questão, das pessoas surdas (80%) não souberam se comunicar em Libras. Desses, apenas (20%) disseram que sim. Aprimorar a comunicação entre

os policiais e a pessoa surda, melhorar o atendimento deve ser uma das prioridades da Polícia Militar. Existem sinais básicos cujo conhecimento é fundamental para a polícia. Entre eles estão aqueles que significam drogas, armas, um pedido de ajuda ou uma determinação de prisão; a solicitação de apresentação de Carteira de Identidade (RG) em uma averiguação, ou a indicação do local onde a pessoa mora.

A sétima questão, das pessoas surdas (40%) responderam que sim, enquanto (60%) responderam que não conseguiram ajudar a pessoa surda. A comunidade surda está presente em vários locais da sociedade e a Polícia Militar também está inserida nesses ambientes, por isso é extremamente essencial que haja uma boa comunicação com o sujeito surdo através da Língua Brasileira de Sinais. É a garantia do verdadeiro atendimento igualitário tanto para o ouvinte quanto para o surdo,

A oitava questão, das pessoas surdas (80%) responderam que acham importante introduzir a disciplina Libras nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás, enquanto que apenas (20%) não consideram importante .

Importante ressaltar essa inserção somente será possível com a aprovação da proposta neste estudo, ou seja, a inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na grade curricular dos cursos de formação de Oficiais e Praças-PMGO, especialmente os Policiais Militares, para que possam proporcionar às pessoas surdas o trato adequado por ocasião de envolvimento desses em ocorrências policiais ou solicitação de atendimento de qualquer natureza, proporcionando cidadania a esta parcela da sociedade, de maneira que haja entendimento e solução dos conflitos ocorridos em todas as situações que envolvam pessoas surdas, ou seja, conflitos que por ventura vier ocorrer entre duas ou mais pessoas surdas, entre uma pessoa surda e outra não, e, por fim, entre uma pessoa surda e policiais militares.

A Nona questão, das pessoas surdas, apenas (30%) responderam que sim. A grande maioria (70%) responderam que não conhecem nenhum Estado que capacita policiais militares em Libras. No intuito de atender com mais humanidade o surdo, com as peculiaridades linguísticas que o constitui, as academias de formação de praças e oficiais, a exemplo da Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello (APMSAM) e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) precisam dispor de cursos e disciplinas que capacitem e qualifiquem seus homens,

para que, no momento da abordagem, assim que identificado que o sujeito é surdo ou possui alguma limitação auditiva, possam interagir em LIBRAS.

A décima e última questão, das pessoas surdas (60%) conhecem um caso real de pessoa surda que sofreu prejuízo pelo fato de o Policial Militar não se comunicar em Libras. Desses, (40%) não conhecem nenhum acontecimento real. Entender os sinais básicos da Língua Brasileira de Sinais – Libras impede que um policial, ao abordar um surdo para averiguação, por exemplo, interprete de forma errada os gestos daquela pessoa, dando-lhe o atendimento adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com levantamento bibliográfico realizado, já é possível compreender a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para melhoria nos serviços prestados pelo Policial Militar às pessoas surdas, estabelecendo assim o diálogo, mesmo que básico e com isso, garantido igualdade no atendimento.

A Constituição Cidadã, promulgada no ano de 1988, elencou vários princípios sobre as garantias fundamentais do cidadão, entre eles a dignidade da pessoa humana. O desdobramento destes princípios é a inclusão de todo e qualquer cidadão na sociedade com seus direitos e garantias para que exerçam a sua cidadania na sua plenitude, como estabeleceu posteriormente o Decreto nº 5.626/05, no seu Artigo 26, parágrafo 2º. Diante dessa realidade, têm-se a questão da abordagem e atendimento à pessoa surda por policiais militares. A grande maioria não sabem comunicar com a pessoa surda através de Libras.

Acredita-se que identificamos com sucesso a percepção que os Policiais Militares-GO, participantes da pesquisa, têm em relação a importância de se aprender Libras para melhoria da comunicação com pessoas surdas; não só nos momentos de abordagem bem como no atendimento às pessoas surdas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [ww.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 20 set 2018.

BRASIL. Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22 set. 2018.

BRASIL. **Decreto n.5.626/2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

CASTRO, Cristina Veloso de, BREVIGLIERI, Etiene Maria Bosco. **Efetividade do direito de inclusão como reafirmação dos princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana dos portadores de deficiência**. Disponível em: <http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/cbpcc/article/viewFile/264/270> Acesso em: 20 set 2018.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531150822.pdf Acesso em: 20 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2002.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática Para as Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 22 set 2018.

ANEXOS

Anexo 01 – Questionário aplicado aos Policiais Militares - GO.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
6º CRPM



A RELEVÂNCIA DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS-PMGO

QUESTÃO 01

Já abordou pessoa surda, durante blitz ou outra situação?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 02

Se respondeu “SIM” para questão anterior, conseguiu se comunicar através de LIBRAS / Linguagem de Sinais?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 03

Se respondeu “NÃO” para questão anterior, conseguiu resolver a questão da abordagem, mesmo diante da dificuldade de comunicação, de modo que a pessoa surda foi liberado(a) e entendeu o motivo da abordagem?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 04

Acredita que é importante o Policial Militar saber se comunicar através de LIBRAS?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 05

Já foi acionado/abordado por pessoa surda, que solicitava ajuda?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 06

Se respondeu “SIM” para questão anterior, conseguiu se comunicar através de LIBRAS?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 07

Se respondeu “NÃO” para questão anterior, mesmo diante da dificuldade de comunicação, conseguiu ajudar a pessoa surda?

Anexo 02 – Questionário aplicado às pessoas surdas.



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR
6º CRPM



A RELEVÂNCIA DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA GRADE CURRICULAR DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS E PRAÇAS-PMGO

QUESTÃO 01

Já foi abordado (a) por Policiais Militares, durante blitz ou outra situação?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 02

Se respondeu “SIM” para questão anterior, os Policiais Militares souberam se comunicar através de LIBRAS?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 03

Se respondeu “NÃO” para questão anterior, os Policiais Militares resolveram a questão da abordagem, diante a dificuldade de comunicação, de modo que você foi liberado(a) e entendeu o motivo da abordagem?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 04

Acredita que é importante o Policial Militar saber se comunicar através de LIBRAS?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 05

Já precisou acionar/abordar algum Policial Militar para solicitar ajuda?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 06

Se respondeu “SIM” para questão anterior, os Policiais Militares souberam se comunicar através de LIBRAS?

() SIM

() NÃO

QUESTÃO 07

Se respondeu “NÃO” para questão anterior, os Policiais Militares conseguiram te ajudar, mesmo diante da dificuldade de comunicação?

SIM

NÃO

QUESTÃO 08

Acredita ser importante introduzir a disciplina LIBRAS, nos cursos de formação da Polícia Militar de Goiás?

SIM

NÃO

QUESTÃO 09

Conhece algum Estado em que a Polícia Militar possui capacitação em LIBRAS?

SIM

NÃO

QUESTÃO 10

Conhece algum caso real, onde pessoa surda tenha sofrido prejuízo (agressão física ou psicológica) em decorrência da não qualificação do Policial Militar em LIBRAS? Ou dê sua opinião em relação ao tema da pesquisa.

Questão opcional.

Espero que a Polícia Militar possa aprender LIBRAS.

Anexo 03 – Grade Curricular Curso de Capacitação de Oficiais e Praças Estado Alagoas –.



**ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS**

**BOLETIM GERAL OSTENSIVO Nº 022
DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016**



AJUDÂNCIA GERAL

	POLÍCIA COMUNITÁRIA	45
	ABOARDAGEM SOCIOPSICOLÓGICA DA VIOLÊNCIA E DO CRIME	20
	HISTÓRIA DA PMAL	20
	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	60
	NORMAS E REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS	45
	FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE POLICIAL	60
	FUNDAMENTOS DO DIREITO MILITAR	30
	GERENCIAMENTO DE CRISES	60
	TELECOMUNICAÇÕES PM	20
	DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	30
	LIBRAS	20
	RELAÇÕES HUMANAS E INTERPESSOAIS	20
	TREINAMENTO FÍSICO MILITAR	60
	ORDEM UNIDA	60
	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL	100
	ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO	100
	PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME	30
	USO DIFERENCIADO DA FORÇA	60
	BP-60	40
	DEFESA PESSOAL	40
	CONDUTOR DE VIATURAS POLICIAIS	66
	TÉCNICAS EM BAIXA LUMINOSIDADE	30
	AGENTE DE TRÂNSITO	24
	SEMINÁRIOS, PALESTRAS E VISITAS	30
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	120
	CARGA HORÁRIA TOTAL	1190